

**REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO  
POPULAR NA PERIFERIA METROPOLITANA  
DO RIO DE JANEIRO (1978-1988).**

**AUTOR: PROF. DR. BRUNO JOSÉ DA CRUZ OLIVEIRA**

**FILIAÇÃO INSTITUCIONAL: UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO).**

**EIXO TEMÁTICO: MOVIMENTOS SOCIAIS, AÇÕES  
COLETIVAS, CIDADANIA E SOCIEDADE CIVIL.**

## **1. Desigualdade social e Urbanização no Brasil.**

Durante o século XX, em particular, a partir dos anos 1930, desenvolveu-se no Brasil um amplo processo de transição de uma economia baseada na produção agroexportadora para aquela assentada sobre a industrialização. Em um período de cinquenta anos, o país passou a registrar uma população amplamente urbanizada e conformou duas das maiores metrópoles do planeta, São Paulo e Rio de Janeiro. A modernização brasileira caracterizou-se pela sua dinâmica desigual e combinada que produziu uma peculiar imbricação entre o arcaico e o moderno (Fernandes:1976:p.46). Nesse sentido, o processo de formação das cidades tem sido uma importante expressão dessa particularidade. Nele, há uma permanente adaptação de estruturas e práticas sociais não modernas às necessidades de valorização do capital.

Com efeito, ao examinar o processo de formação do capitalismo na América Latina, Marini (2005: p. 53), debruçou-se sobre a dinâmica que envolve as relações entre capital e trabalho na região. Destacamos o conceito de superexploração da força de trabalho por ele elaborado como uma importante ferramenta teórica para analisarmos o impacto desse entrelaçamento entre modernidade e arcaísmo na formação das classes populares urbanas brasileiras.

Pois bem, os três mecanismos identificados - a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor a sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento da sua capacidade produtiva. (...) Além disso, importa assinalar que nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste da sua força de trabalho. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho.

Compreendemos que o acesso à moradia é parte constitutiva das necessidades de reprodução social dos trabalhadores. Ao partirmos desta assertiva, afirmamos que, no Brasil, uma das formas de redução dos custos com a força de trabalho inclui a retração das condições de acesso à moradia digna. Este fato se revela através do rebaixamento salarial e da escassez de políticas habitacionais destinadas a desmercadorizar (Andersen:1991:p.102) o acesso à habitação para os segmentos mais pauperizados da população em um quadro de permanente especulação e concentração fundiária urbana.

Nesse contexto, a produção de assentamentos informais em áreas distantes geograficamente dos centros urbanos se apresenta como uma frequente estratégia utilizada por frações das classes populares no âmbito das cidades para a obtenção da moradia incorrendo naquilo que Corrêa (1992:p.26) caracteriza como urbanização popular. Faz parte desse fenômeno a prática nomeada por Oliveira (1972: p.56) como autoconstrução. Nela, os próprios trabalhadores produzem diretamente a sua moradia nos momentos destinados ao seu descanso físico e mental. A conjugação entre esses dois fenômenos foram parte orgânica da formação das periferias urbanas e do soerguimento da modernização brasileira, constituindo uma das dinâmicas mais contundentes de imbricação entre o moderno e o arcaico na produção do nosso espaço urbano capitalista.

A superexploração da força de trabalho articula-se a outro aspecto da nossa formação socioeconômica. Desde os tempos da colonização o Brasil estruturou a sua economia de acordo com as necessidades de consumo mercantil registradas nos países do centro capitalista. Este dado implicou uma baixa participação do mercado interno no que dizia respeito à expansão da lucratividade objetivada pela aristocracia rural e, posteriormente, pela incipiente burguesia mercantil que se formou ao longo da integração do país ao mercado mundial. A possibilidade de ruptura com esta característica a partir do incremento do poder de consumo da população via ampliação da massa salarial, a diversificação da produção assentada nas necessidades de consumo da população nacional e a criação de um amplo aparato público destinado à efetivação de direitos sociais como forma de salário indireto se apresentou ao longo da modernização. Ela esteve representada pelo que Ianni (1985: p.107) caracterizou como projeto nacional-desenvolvimentista que pressupunha a constituição de um capitalismo autônomo centrado na ampliação do mercado interno.

O investimento robusto e de longo prazo em ciência e tecnologia que criasse as condições para o desenvolvimento de um setor de bens de capital com os mesmos níveis de produtividade daquele registrado nos países do centro capitalista e que conferisse autonomia à indústria nacional era uma das condições para a efetivação deste modelo de industrialização. Todavia, do ponto de vista do processo de valorização do capital, a realização deste intento era menos vantajosa do que o aprofundamento das taxas de exploração em um processo de produção cujo objetivo era produzir mercadorias que não influenciavam na definição do valor da força de trabalho<sup>1</sup>. Diante dessa

---

<sup>1</sup> “Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores; isso em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de maisvalia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia por meio da maior exploração — intensiva e extensiva — do trabalhador, assim como a redução de salários mais além de seu limite normal. Em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresce à custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário” (Marini:2005:p.126).

encruzilhada histórica, a opção das classes dominantes brasileiras foi a interdição do nacional-desenvolvimentismo através do Golpe Militar de 1964, afirmando o seu caráter heterônomo (Fernandes:1976). Nesse sentido, a Ditadura Empresarial-Militar empreendeu um modelo de modernização nomeado por Ianni (1985:p.109) como desenvolvimentismo associado. Ele aprofundou as bases históricas da economia brasileira, entre elas o seu caráter exportador, a concentração fundiária rural e urbana, a dependência econômica e tecnológica, bem como, a superexploração da força de trabalho.

No que diz respeito às consequências desse processo para a formação do espaço urbano, consolidou-se aquilo que Maricato (2014: p.26) afirma ser a *urbanização dos baixos salários*. Outro desdobramento intimamente ligado à modernização conservadora posta em prática durante o período ditatorial é a formação de cidades que apresentam profundas contradições socioespaciais. Santos (2013:p.105) ao debruçar-se sobre essa temática afirma que

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências.

## **2 - Autoritarismo e controle social: a formação das periferias urbanas brasileiras.**

O desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente no Brasil não pôde prescindir de um arcabouço político e institucional que fosse pouco permeável aos interesses das classes populares e incompatível com processos de democratização da renda e da propriedade. Longe de ser, apenas, uma característica ideocultural das suas classes dominantes, esse aspecto decorre diretamente da necessidade de manutenção de uma estrutura econômica e social funcional à acumulação capitalista e produtora da profunda desigualdade social que marca a sociedade brasileira. Fernandes (1975:111) ao analisar o que denominou ser as consequências do *superprivilegiamento de classes* na América Latina e, por conseguinte, no Brasil afirma que

“As classes privilegiadas entenderam que não podem ser “iluministas”, “liberais” e muito menos “tolerantes”. Acabaram acomodando-se à ideia de que não podem repetir o padrão europeu de revolução burguesa e que podem tirar maior proveito do “pragmatismo político”, que lhes ensina

---

ser impossível conciliar capitalismo e democracia, sem abrir mão do seu superprivilegiamento relativo e sem atacar as iniquidades do subdesenvolvimento.”

Se considerarmos que os períodos colonial e imperial eram, por definição, excludentes do direito ao voto para a maioria da população e tomarmos como referência o período republicano iniciado em 1889, nos depararemos com um processo sistemático de exclusão das classes populares dos mecanismos oficiais de participação política. A vigência da Lei Saraiva<sup>2</sup> durante a República Velha (1889-1930) e a consequente proibição do sufrágio para os analfabetos nela prevista colocava, a maioria da população brasileira sem qualquer perspectiva de influência nos resultados eleitorais. Simultaneamente, uma série de tecnologias sociais de controle sociopolítico eram empregadas como forma de manutenção da ordem social e política. Uma das mais atuantes delas era a formação de grupos armados de natureza privada que ficariam conhecidos como *jagunços* ou *capangas*. Eles se apresentavam como peça fundamental para a manutenção do poder político dos grandes proprietários rurais nos territórios que estavam sob a sua influência. As reflexões de Guimarães (1982:p.112) reforçam essa compreensão ao afirmarem que “A instituição da *capangagem*, de tanta importância em nossa história rural, foi o elo que encadeou ou vem encadeando em diferentes épocas o poder e a violência nos potentados rurais.”

No espaço urbano em formação, a emergência do movimento operário também foi alvo de notória repressão. Desde a adoção de legislações antissindicais, a criação de campos de concentração<sup>3</sup> destinados a abrigarem presos políticos, passando pela criação de leis xenofóbicas<sup>4</sup> em um período de forte presença imigrante nos meios operários, o Estado brasileiro foi implacável na imposição de uma agenda coercitiva sobre as vanguardas políticas do operariado urbano – industrial. No período pós-1930 nos depararemos com duas experiências ditatoriais, o Estado Novo (1937-1945) capitaneada por Getúlio Vargas e a Ditadura Empresarial Militar (1964-1985). Mesmo no período compreendido entre essas duas ditaduras, quando se instituiu a primeira experiência de democracia representativa liberal com extensão de direitos civis e políticos, a coerção política manteve-se como um instrumento ativo da manutenção do controle sobre as classes populares. A cassação do registro legal do Partido Comunista do Brasil, atual Partido Comunista Brasileiro, bem como a criminalização dos seus membros em 1947, a adaptação do aparato

---

<sup>2</sup> Decreto número 3029 de 9 de janeiro de 1881, conhecido como Lei Saraiva, instituiu o Título de Eleitor e adotou eleições diretas para senadores, governadores, deputados da Assembleia Geral e das Assembleias Legislativas Provinciais, vereadores e juizes de paz. Ao mesmo tempo, previa o direito de voto aos imigrantes estrangeiros somente se os mesmos comprovassem renda não inferior a duzentos mil réis (1800 euros) e proibia o voto dos analfabetos.

<sup>3</sup> Em 1919 foi instituída a “Colônia Militar do Oiapoque” localizada no extremo norte do Brasil em meio a selva amazônica com o objetivo de receber prisioneiros políticos. De acordo com o IBGE cerca de 900 pessoas foram enviados para esse campo e concentração tendo mais da metade morrido por conta da fome, das torturas e dos trabalhos forçados.

<sup>4</sup> Aprovada em 1907, a Lei Adolfo Gordo previa a expulsão de estrangeiros que se envolvessem em movimentos grevistas.

repressivo organizado durante o Estado Novo<sup>5</sup> e as tentativas de desestabilização e golpes de estado sobre governos que estabeleciam algum nível de diálogo com representantes dos trabalhadores urbanos e rurais ilustram essa dinâmica<sup>6</sup>.

Ao acompanhar a lógica desigual e combinada da modernização brasileira, o processo de urbanização viabilizou a adaptação das tecnologias sociopolíticas de controle sobre as classes populares rurais para aquelas que constituíram o espaço urbano. Assim, a formação e utilização de grupos armados como forma de manutenção do poder político nos territórios que conformaram as periferias urbanas durante a transição entre a economia agroexportadora e aquela de base industrial foi parte orgânica da formação das cidades no Brasil e no Rio de Janeiro em particular. Alves (2003:p.99) ao analisar o surgimento desse instrumento de controle socioterritorial que ficaria conhecido como “grupos de extermínio” ou “esquadrões da morte” na Baixada Fluminense, região que seria integrada ao longo do século XX à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, afirma que

Se por um lado o clientelismo político, mesmo travestido de esquerda, intensificava a sua presença, sobretudo a partir da redefinição geográfica do poder realizada pelas emancipações municipais, do outro lado, um aparato ilegal, apto para prestar serviços de segurança aos setores proprietários do capital, seria construído.

Coube à Ditadura Empresarial Militar fornecer a cobertura política e institucional para esses grupos que ocupariam um lugar estratégico no aparato repressivo do regime, sobretudo entre o final dos anos 1960 e a primeira metade da década de 1970 com a emergência das guerrilhas urbanas de inspiração marxista. Ao utilizarem essa tática de dinamização da repressão política, o regime, definitivamente, recorreu a um recurso secular do Estado brasileiro que desde os seus primórdios aciona grupos privados para impor o poder sobre os territórios<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> O Departamento de Ordem Política e Social, instituição de repressão política e social criada em 1924 e reorganizado pelo governo Getúlio Vargas manteve o seu funcionamento durante o período 1946-1964.

<sup>6</sup> Durante o período 1946-1964 foram registradas pelo menos cinco conspirações civis-militares que tinham o objetivo de realizarem tentativas golpes de estado. A primeira ocorreu em 1954 e culminou no suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Em 1955, o Marechal Henrique Teixeira Lott liderou a desarticulação de um intento golpista que objetivava impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitscheck e o seu vice, João Goulart. No início do seu governo, em 1956, militares da Aeronáutica rebelaram-se tomando a Base Aérea de Jacareacanga, localizada no Pará como forma de protesto contra a sua posse. Em 1959, os militares da aeronáutica que articularam esta tentativa de golpe realizaram outra contando com a adesão de membros do exército, episódio que ficou conhecido como a Revolta de Aragarças. Em 1961, diante da renúncia do então Presidente Jânio Quadros, segmentos do exército, marinha e da aeronáutica tentaram impedir a posse do Vice presidente João Goulart sem sucesso. Três anos depois os mesmos militares protagonizaram o golpe que instituiu a Ditadura Empresarial Militar.

<sup>7</sup> A utilização de grupos privados para a imposição do poder estatal é um fenômeno presente em todos os períodos da história brasileira. No período colonial, as Capitânias Hereditárias e o bandeirantismo foram expressões dessa prática. Durante as rebeliões regenciais ocorridas no início do Império foi criada a Guarda Nacional que tinha como pressuposto a sua estruturação em torno das elites locais formadas

Ao acionarem um vasto arcabouço de métodos violentos empregados no combate à criminalidade comum, que incluía desde as ameaças e desaparecimentos forçados até a tortura e os assassinatos, esses grupos passaram a exercer um papel fundamental na repressão aos opositores do regime, particularmente aqueles identificados politicamente com as esquerdas. Eles ganharam, portanto, uma dimensão ideológica influenciada pelo conservadorismo político em um contexto de acirramento da Guerra Fria. Como parte desse processo, desenvolveu-se uma operação ideocultural cujos efeitos perduram até os dias atuais. O campo ideopolítico identificado com as esquerdas seria igualado à criminalidade comum enquanto vetor que atentava contra os princípios ético-morais que balizariam a ordem social. Nesse sentido, foi promovida uma espécie de categorização entre aqueles considerados “trabalhadores ordeiros”, portanto, que não se envolviam com as diferentes formas de confrontação à ordem social (criminalidade e militância de esquerda) e aqueles que aderiam a tais atividades, os considerados “marginais” ou “terroristas”.

A mobilização de valores conservadores, com destaque para aqueles relacionados à preservação da família e da propriedade, fizeram parte desse processo que objetivou produzir a legitimação da repressão empreendida pela Ditadura Empresarial Militar. Longe de ser um fenômeno isolado, ele foi a expressão de uma secular ideologia que acompanhou a modernização brasileira e que busca lograr o apassivamento político das classes populares, em particular aquelas concentradas no espaço urbano. O resultado da propaganda ideológica fundamentada nessa perspectiva foi a produção de um senso comum que estimula o seu distanciamento das práticas de participação política. Kowarick (1979: p.23) ao analisar essa dinâmica ao longo da formação sociohistórica brasileira afirma que

O que orienta tal postura talvez seja a ideia de *contaminação social*. Ou seja: a sociedade brasileira é boa por natureza, mas também é frágil e pode ser facilmente impregnada por interesses estranhos. Neste particular, é comum se ouvir um certo tipo de discurso que quando o grupo se afasta dos seus caminhos “naturais”, isto é, quando critica, denuncia ou pressiona, o faz porque foi contaminado por algum germe estranho ao seu corpo. Da perspectiva deste discurso ideológico, as reivindicações, o debate social ou as pressões são facilmente concebidas como conspirações que põem em risco a ordem social.

---

por latifundiários leais ao poder central. Ao receberem do Estado a patente de Coronel esses agentes da economia privada transformavam-se, oficialmente, em chefes políticos e militares nos municípios. Essa é a base do fenômeno conhecido como “coronelismo” que adentrou o século XX. Na contemporaneidade, encontraremos em experiências de projetos de reorganização urbanística como o Projeto Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro outra expressão dessa dinâmica de terceirização de funções de natureza estatal para a iniciativa privada, nela incluída a questão da segurança pública.

### **3 - A Era da Participação no Rio de Janeiro e o municipalismo democrático-popular.**

Ao criar as condições sociopolíticas para imposição do modelo de desenvolvimento associado, a ditadura militar foi responsável pela consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. A expansão da industrialização, expressa nas altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, atesta a integração definitiva do Brasil aos circuitos mais complexos da produção de valor. Ao se debruçar sobre esse processo, Netto (2011: p. 31-32) afirma que

As linhas mestras deste “modelo” concretizam a “modernização conservadora” conduzida no interesse do monopólio: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis etc. — consagradas inclusive em tentacular repertório operativo e normativo (fora de qualquer controle democrático ou parlamentar) acionado por conselhos e coletivos diretamente atrelados ao grande capital. Elas instauraram o perfil e a estrutura econômico-social do Brasil legados pela ditadura: a internalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionado para fomentar e atender demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionado desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da concentração geopolítica das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais.

A complexificação da estrutura social, na qual se destaca a conformação de um segmento médio urbano com razoável capacidade de consumo, concorreu para a significativa ampliação do mercado interno que se concentrou no eixo Centro-Sul. A mercantilização penetrou as diferentes esferas da vida social, através da expansão do consumo de bens duráveis e não duráveis. Contudo, essa dinâmica não alterou o histórico de estruturação da economia de acordo com as demandas externas e o Brasil seguiu exercendo a sua função de plataforma de valorização do capital estrangeiro.

Os limites do modelo de desenvolvimento-associado imposto pela Ditadura Civil Militar começaram a se manifestar a partir da segunda metade da década de 1970. Ao acompanhar o quadro de crise global, as altas taxas de crescimento econômico, fruto do chamado “Milagre Econômico”, refluíram. O esgotamento do desenvolvimentismo-associado no Brasil aprofundou o cenário de crise social. Para além de inviabilizar o modelo de expansão econômica promovido pela Ditadura Empresarial Militar, os reflexos desse contexto alcançaram uma profundidade ainda maior. Podemos afirmar que essa foi a expressão local da crise estrutural do capitalismo (Meszáros: 2016) que ampliou os obstáculos para



a efetivação do emparelhamento com a produtividade registrada no centro capitalista.

Os desdobramentos sociopolíticos imediatos da crise do Milagre Econômico foram mediados pelas peculiaridades da dinâmica político-institucional do país, sobretudo durante a década de 1980. Com a irreversível fragilização da ditadura empresarial militar e a abertura gradual do regime, o arsenal ideocultural e repressivo por ela mobilizado também entrou em declínio. Esse processo concorreria para a emergência de um conjunto de instrumentos de organização popular que envolveu os trabalhadores urbanos e rurais.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro essa dinâmica teve como uma das suas principais expressões a expansão das associações de moradores, sobretudo nas favelas e periferias. Esse fenômeno foi ao encontro de uma longa tradição de lutas sociais protagonizadas por uma diversidade de movimentos sociais que, ao longo do século XX, converteram-se em vetores fundamentais da formação do espaço urbano carioca e fluminense<sup>8</sup>. Ele corrobora as análises realizadas por Castells (1983) e Lojkin (1981) quando os mesmos, sem prejuízo das suas diferenças teóricas, lançam luz sobre o protagonismo dos movimentos sociais urbanos nos contextos de adensamento populacional nas cidades produzido pelo capitalismo em sua fase monopolista. A contradição entre as necessidades de reprodução social e a incapacidade do capitalismo em prover os meios coletivos de consumo para o seu atendimento fundamentam as expressões de descontentamento social que lastreiam a emergência de formas de organização coletiva por parte das classes populares urbanas.

Esse foi o processo que embasou a criação da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) em 1977. A entidade teve um importante papel na organização de novas associações, atuando como articuladora de mobilizações populares e denunciando as péssimas condições de vida enfrentadas pela população que residia nas periferias urbanas do Estado. Paralelamente, a FAFERJ (Federação das Associações de Moradores das Favelas do Estado do Rio de Janeiro) criada em 1963 em meio a um cenário de ampliação das lutas populares contra as iniciativas de remoção forçada realizadas pelo então Estado da Guanabara, passou por um processo de renovação da sua direção que adotou uma postura centrada na organização e mobilização dos moradores das favelas. Esta linha de atuação política resgatou a concepção fundacional da entidade e foi caracterizada por Brum (2003: p.77) como associativismo de resistência. Ela chocava-se com uma perspectiva apoiada no clientelismo que se instaurou naquela entidade a partir da perseguição de lideranças alinhadas às esquerdas no período imediatamente posterior ao Golpe de 1964. A existência de uma entidade dedicada exclusivamente à articulação política dos moradores de favelas demonstra que

---

<sup>8</sup> De acordo com Pestana (2016:p.97) “já nos últimos anos da Primeira República, os favelados iniciaram a constituição de associações próprias voltadas para a luta pela melhoria das suas condições de moradia.” Em 1954 foi criada a União dos Trabalhadores Favelados, entidade que tinha o objetivo de promover a organização coletiva nas favelas. Em 1963, durante uma onda de remoções promovidas pelo governador Carlos Lacerda, foi criada a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) que está em atividade até hoje.

o impulso de participação política registrado neste período acompanhou a complexidade socioterritorial que caracteriza a metrópole fluminense.

Porto (1995), Silva (1993) e Pinheiro Júnior (2007) chamam a atenção para a existência de outros polos de organização coletiva de moradores dos territórios periféricos como o Movimento dos Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu, o Movimento União de Bairros em Duque de Caxias, ambos localizados na Baixada Fluminense, e o Comitê União de Bairros da Zona Oeste, na cidade do Rio. Oliveira (1993) e Nascimento (2006) debruçaram-se sobre esse mesmo processo no Leste Fluminense, particularmente nas cidades de Niterói e São Gonçalo onde foram fundadas entidades congêneres, a FAMNIT (Federação das Associações de Moradores de Niterói) e a UNIBAIRROS (Federação das Associações de Moradores dos Bairros), respectivamente em 1983 e 1985.

O impulso de organização e participação política das classes populares urbanas, expresso na ascensão dos movimentos sociais urbanos neste período, converteu-se em plataforma de atuação das organizações identificadas com as esquerdas. Estas últimas experimentaram um novo momento para as suas atuações por conta do processo de abertura política posto em prática a partir do final dos anos 1970. Ao mesmo tempo, a intervenção da chamada “ala progressista” da Igreja Católica junto às classes populares cariocas e fluminenses também merece ser destacada. O papel exercido por clérigos e leigos embasados pela Teologia da Libertação no fomento à organização coletiva nas favelas e bairros populares foi um dos mais importantes catalisadores da participação popular naquele período.

O fim do bipartidarismo que caracterizou a dinâmica político-institucional durante a Ditadura Empresarial Militar no final de 1979 alavancou a reorganização das esquerdas. A formação de novas agremiações partidárias registrou a diversidade daquele campo político. Dele fizeram parte as correntes que atuavam no cenário político pré 1964, como foram os casos dos trabalhistas do PDT (Partido Democrático Trabalhista), os comunistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do PC do B (Partido Comunista do Brasil). Simultaneamente, os grupos oriundos da oposição armada à ditadura, os trotskistas, a esquerda católica e as novas vanguardas sindicais organizaram-se no Partido dos Trabalhadores (PT). Havia ainda grupos que atuavam sob a sigla do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), sendo o mais expressivo deles o MR-8 (Movimento Revolucionário - 8 de outubro).

O restabelecimento das eleições diretas para os governos estaduais ajudaram a produzir um novo capítulo na dinâmica política da redemocratização. Assim, no Rio de Janeiro, do ponto de vista eleitoral, foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT) que mais capitalizou a descompressão da participação popular produzida pela redemocratização. Ao ser eleito em 1982 ao Governo do Estado, Leonel Brizola, fundador e presidente da legenda, adotou um discurso centrado na defesa dos direitos humanos das populações faveladas e periféricas. O seu governo adotou uma perspectiva de estímulo às organizações populares e de diálogo permanente com as mesmas, em especial com as associações de moradores. Ainda que essa linha de atuação político-institucional não fosse incompatível com dinâmicas de cooptação e institucionalização dos movimentos, conforme analisa Brum (2003), ela constituiu-se como um avanço na direção da democratização das relações entre os moradores dos territórios periféricos e o aparelho de Estado em um contexto de retomada do protagonismo político das classes populares.

No esteio do “brizolismo”, em 1986, Roberto Saturnino Braga (PDT) foi eleito como Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e governou até 1988. Fruto de uma Emenda Constitucional que restabeleceu as eleições diretas para as prefeituras, o seu mandato cumpriu o papel de vanguarda na adoção de mecanismos oficiais de democracia participativa. Os “Conselhos Governo-Comunidade” foram a expressão de uma nova perspectiva político-administrativa que buscava ampliar a permeabilidade do aparelho de estado no município em relação às reivindicações das classes populares e, desse modo, territorializar as práticas democráticas como instrumento de edificação de uma cultura política participativa. De acordo com Braga (2015:p.19) ao ser implementado em todas as Regiões Administrativas do município

“Ao fim de pouco mais de um ano de gestão, melhor dizendo, de um ano de funcionamento dos conselhos, os frutos da participação começaram a aparecer de forma absolutamente positiva. A crítica da gestão vinha da própria sociedade, não vinha da imprensa, sempre atravessada por interesses não explicitados. E a gestão, com as suas naturais limitações, principalmente de ordem financeira, procurava corrigir-se e adaptar-se à visão direta das comunidades, não a informações tratadas limitadamente pela burocracia tecnocrática. Os investimentos, poucos, pequenas obras possíveis dentro de um orçamento apertadíssimo, seguiam rigorosamente a escala de prioridade ditada pelos conselhos em cada região.”

A esta forma de gestão participativa desenvolvida no âmbito do governo municipal do Rio de Janeiro, agregaram-se a partir de 1988 as experiências desenvolvidas nas cidades governadas pelo Partido dos Trabalhadores. O estímulo à organização e à participação popular foram a base do que ficou conhecido como “*modo petista de governar*”, do qual o “Orçamento Participativo”<sup>9</sup> foi seu principal baluarte. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a hegemonia eleitoral do PDT tornou o PT um coadjuvante na dinâmica institucional. Embora disputassem entre si a liderança das esquerdas, os dois partidos compuseram coalizões que foram responsáveis pela adoção de dinâmicas democrático-participativas nos municípios da região como foram os casos de Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Nilópolis.

Nesse sentido, podemos afirmar que a redemocratização brasileira expressou-se na RMRJ na emergência de um *municipalismo democrático-popular*. Ele esteve assentado na ampliação dos investimentos em políticas públicas e sociais que acompanharam a reorganização jurídica, financeira e institucional preconizada pela Constituição de 1988 e na ampliação dos canais

---

<sup>9</sup> O Orçamento Participativo é um instrumento pautado pela democracia direta que permite à população decidir sobre a destinação dos recursos públicos em modelos de governança que buscam promover a participação popular. No Brasil, entre meados dos anos 1980 e durante a década de 1990, diversas cidades adotaram esse mecanismo de participação, sobretudo aquelas que foram governadas pelo Partido dos Trabalhadores.

de diálogo e participação com os movimentos sociais urbanos que se formaram naquele período.

#### 4) NEOLIBERALISMO E CONTROLE SOCIOTERRITORIAL: A DISTOPIA METROPOLITANA.

Existiam dois caminhos possíveis para a dinâmica política do Rio de Janeiro e região no contexto da redemocratização. O primeiro estava centrado na organização popular e na ampliação dos movimentos sociais urbanos como pilares de sustentação do municipalismo democrático-popular. Ao mesmo tempo, na sua direção contrária, tínhamos a possibilidade de efetivação de um processo de reatualização do conservadorismo político apoiado nas práticas de controle sobre as classes populares urbanas, na sua desmobilização e na manutenção de uma gestão pública refratária aos seus interesses. Nesse sentido, a definição do rumo político da redemocratização na RMRJ seria atravessada pelas mudanças ocorridas na conjuntura nacional e internacional durante o início dos anos 1990, conjugadas a aspectos concernentes à esfera regional.

Como sabemos, a década de 1990 foi marcada pelo fim da Guerra Fria. A queda do Muro de Berlim e a derrocada do Socialismo Real atingiu frontalmente o conjunto das esquerdas no mundo e produziu um cenário de crise ideopolítica nas suas organizações. Esse contexto de descrédito do pensamento anticapitalista pavimentou o caminho para a ofensiva ideológica e política do neoliberalismo. Diante dela, organizações, lideranças políticas e intelectuais outrora identificados com correntes socialistas experimentaram um *aggiornamento* em relação às teses do livre mercado.

No caso brasileiro, durante a redemocratização ocorreu uma renovação das esquerdas capitaneada por partidos e correntes teórico-políticas que buscavam afastar-se da referência representada pela União Soviética. No entanto, esse afastamento não foi suficiente para impedir a fragilização da influência da crítica anticapitalista. Esse foi um dos aspectos que contribuíram para que o cenário de ampliação das experiências de organização e mobilização popular que se desenvolveu durante os anos 1980 entrasse em declínio.

Paralelamente, as ideias neoliberais encontraram farta receptividade nos círculos intelectuais, políticos e midiáticos identificados com as classes dominantes e produziram um processo de renovação do conservadorismo brasileiro. Ele centrou-se na defesa do desmonte das conquistas sociais estabelecidas na Constituição de 1988 e na adaptação da estrutura econômica e tributária aos ditames da especulação financeira. Tal intento teve como pressuposto o abandono de qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico que estivesse ancorada no intervencionismo estatal, ao mesmo tempo em que advogou a plena abertura do mercado nacional.

É importante ressaltar que a ofensiva neoliberal foi ao encontro do esgotamento da era desenvolvimentista que entre as décadas de 1930 e 1980 converteu o Brasil em um país urbano-industrial. Nesse sentido, ela ajudou a preencher o vazio político-programático existente entre as classes dominantes brasileiras e deu origem à contrarreforma do Estado (Behring:2021) implementada ao longo da última década do século XX. Ela teve como objetivo transformar o Brasil numa plataforma de valorização do capital financeiro

(Paulani:2008) através da transferência da maioria dos recursos que compõem o fundo público para a iniciativa privada via endividamento estatal.

Um dos principais efeitos desse processo foi o reforço da redução do parque industrial nacional que já registrava uma queda expressiva desde os anos 1980. Contudo, no caso do Rio de Janeiro, o início dessa dinâmica remete às décadas anteriores. De acordo com a análise de Araújo e Melo (2014:p.78) já no final dos anos 1950 os setores econômicos que estruturavam a acumulação de capital no território fluminense, notadamente, os setores mercantil e cafeeiro demonstraram ser incapazes de sustentar um ritmo de industrialização acelerado de longo prazo. As saturações das áreas disponíveis à instalação de plantas industriais de grande porte e a precariedade da infraestrutura no interior do Estado contribuíram para a redução do investimento industrial. Tais fatores, conjugados à escolha do setor automobilístico a partir do Plano Metas<sup>10</sup> como pilar do projeto de industrialização da economia brasileira, consolidaram o Estado de São Paulo como principal centro econômico do país, resultando na gradativa redução do protagonismo econômico do Estado do Rio de Janeiro. Essa dinâmica foi ampliada com a perda da condição de capital federal em 1961 e com os impactos produzidos pela Crise do Milagre Econômico no fim dos anos 1970.

Desse modo, o crescimento demográfico e a formação da periferia urbana da RMRJ desenvolveram-se em consonância com o processo de desindustrialização da região, o empobrecimento da sua população e a progressiva terciarização da sua economia. Esse cenário seria agudizado com a abertura econômica e a adoção de políticas de ajuste fiscal tanto em nível nacional quanto em nível local a partir dos anos 1990. Com efeito, o desemprego estrutural e a ampliação do circuito inferior da economia (Santos: p. 57) através da expansão da informalização produziu um contexto de aprofundamento da precarização das condições de vida das classes populares urbanas cariocas e fluminenses.

Simultaneamente, no plano político, a participação popular que foi um dos suportes para a implementação de inovações democráticas nas administrações locais entrou em franco declínio. A crise ideopolítica das esquerdas associada às mudanças no mundo do trabalho resultantes da redução da atividade industrial na região provocaram a desarticulação dos vetores contrahegemônicos que tiveram um papel fundamental na politização das classes populares urbanas cariocas e fluminenses na década anterior. Para além das organizações partidárias, a ala progressista da Igreja Católica viu a sua influência ser reduzida em função das retaliações advindas da própria hierarquia eclesiástica pautadas pelo conservadorismo do papado exercido por João Paulo II e também pelo aumento da adesão às igrejas pentecostais e neopentecostais pelos moradores das periferias.

---

<sup>10</sup> O Plano Metas foi um programa de industrialização posto em vigor durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que tinha como objetivo central acelerar o processo de industrialização brasileiro via incremento do investimento público e a associação com o capital estrangeiro.

Foi nessa quadra histórica que condensou decadência econômica, adensamento populacional que a cidade do Rio de Janeiro, tornada capital do Estado a partir da fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1974, passou a fazer parte de um importante corredor logístico de distribuição de drogas produzidas na América Latina em direção à Europa, Ásia e África. A existência de um significativo mercado consumidor dessas substâncias ilegais, com destaque para a cocaína, também contribuiu para converter a cidade e a região em um grande polo de consumo. Com efeito, a expansão dessa atividade ilegal se apresentou como mais uma expressão da ampliação e diversificação do mercado de trabalho informal na RMRJ, arregimentando parte considerável da sua mão de obra nas suas periferias e favelas. Tal fato teve como consequência a sua disseminação nesses territórios. Campos (2012: p.108) ao analisar o impacto do esvaziamento industrial sobre as frações mais pauperizadas dos trabalhadores urbanos afirma que

Essa mão de obra desqualificada, com pouca chance de receber a reciclagem para uma nova adequação ao mercado formal de trabalho, ficará, assim, cada vez mais excluída, não lhe restando outra maneira que não sejam as estratégias de sobrevivência ilegal na década de 1990, o que não constitui nenhuma novidade.

No esteio desse processo surgiram empreendimentos empresariais ilegais conhecidos como *facções* que, ao lançarem mão do seu poderio bélico, dominam o tráfico a partir dos territórios em que elas estão inseridas. Portanto, faz parte do *modus operandi* dessa forma de empresa ilegal aquilo que aqui chamamos de *controle socioterritorial*, entendido como a possibilidade de um grupo que possui instrumentos de poder impor normas de comportamento e convívio sobre os moradores de uma determinada área. Conforme analisa Campos (2012:p.106) as práticas violentas exercidas por elas para manterem o seu poder em nada se diferem daquelas historicamente proporcionadas pelas forças de segurança do Estado. Cabe salientarmos uma peculiaridade importante desses grupos no Brasil: eles nasceram no interior das instituições carcerárias, consequentemente, por dentro do Estado. Essas mesmas unidades prisionais na sua dinâmica administrativa tem adotado, com frequência, as facções como referência para a sua organização interna<sup>11</sup>. Portanto, embora o narcotráfico não seja operacionalizado diretamente pelos agentes do Estado no cotidiano dos territórios periféricos, tampouco sem a cumplicidade e até mesmo a eventual confluência de interesses econômico-políticos entre seus membros e os traficantes ele não alcançaria a dimensão atual. O pagamento de suborno, conhecido popularmente como “arrêgo” para autoridades públicas, o financiamento de campanhas eleitorais, o arrendamento dos territórios em períodos de campanha eleitoral como forma de diversificação de investimentos financeiros são práticas que tem como pressuposto o controle socioterritorial. Na medida em que essas ações limitam ou mesmo interditam a possibilidade de

---

<sup>11</sup><https://super.abril.com.br/comportamento/como-as-cadeias-viraram-fabricas-de-faccoes-criminosas/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

organização popular nas periferias e favelas da RMRJ elas convertem-se em mecanismo de manutenção do establishment social e político. Nesse sentido, é possível afirmarmos que ao cumprirem o papel de tutela sobre os moradores dos territórios periféricos utilizando-se da complacência político-institucional estatal, as facções do narcotráfico podem ser enquadradas na histórica dinâmica de terceirização das funções de manutenção da ordem utilizada pelo Estado brasileiro. De acordo com a reflexão de Leeds (1999:p.255)

“A exploração política do problema das drogas pode assumir diversas formas. Usar o medo da população propondo medidas paliativas que, não raro, só exacerbam a violência nas favelas é apenas uma delas. Outra forma mais gritante são as alianças entre candidatos a cargos públicos e grupos de traficantes, as quais costumam ocorrer nas comunidades onde esses últimos são particularmente perigosos. (...) Os grupos de traficantes podem também pressionar os moradores a votarem de determinada forma. Os votos para o candidato são trocados por dinheiro e influência legítima para os traficantes que, geralmente, querem livrar-se da imagem de marginal fazendo amigos influentes em postos certos.”

Paralelamente, os grupos de extermínio que foram patrocinados pela Ditadura Empresarial Militar encontrariam novas dinâmicas de atuação e organização durante a redemocratização. Além da incorporação de indivíduos que não pertenciam ao funcionalismo público e que não compunham os quadros da segurança pública, o discurso de combate à guerrilha urbana seria transmutado para a denúncia e repressão do tráfico de drogas, mobilizando o mesmo conjunto de métodos violentos e valores conservadores utilizados durante o período de exceção. Com a redemocratização, conforme os processos eleitorais tornaram-se regulares, o controle dos territórios que registravam a atuação desses grupos ganharia a condição de capital eleitoral em potencial. Isso foi fundamental para a estruturação de uma nova forma de cobertura político-institucional que, a partir de então, se apoiaria na conquista de cargos eletivos nos poderes executivo e legislativo nos municípios e, posteriormente, nos estados. A manutenção do controle sobre os territórios localizados nas periferias intensificaria a conjugação entre o exercício da violência e o clientelismo político como forma de acesso aos serviços públicos e outras formas estatais e privadas de provisão social.

A partir da segunda metade da década de 1990, esses grupos agregariam ao controle político dos territórios a sua exploração socioeconômica. A criação de um sistema fiscal informal no qual são estabelecidas e impostas “taxas de proteção” sobre os moradores, comerciantes e instituições localizadas nas áreas por eles controladas passou a fazer parte da sua dinâmica de acumulação financeira. Nesse sentido, desenvolveu-se uma mutação que envolvia a sua forma de atuação. Se nas suas origens eles eram contratados por empresários locais para prestarem serviços privados de segurança, a partir desse período, eles próprios passariam a atuar também como empreendedores controlando direta ou indiretamente uma série de atividades econômicas, incluindo, em muitos casos, o próprio comércio varejista de drogas, nas áreas sobre as quais

eles exerciam ou passariam a exercer o controle socioterritorial. Essa mudança de *modus operandi* está na base do fenômeno que convencionalmente é nomeado como *milícias* na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Díaz e Alves (2022:p.12-13) ao refletirem sobre ele afirmam que

Os protótipos das milícias começaram a surgir a partir de meados dessa década (1990) a partir de ocupações urbanas em bairros como São Bento e Pilar, no município de Duque de Caxias e nos bairros cariocas Campo Grande e Rio das Pedras. Nos anos 2000 o modelo de milícia chegaria ao que conhecemos hoje: milícias organizadas por agentes públicos de segurança, por dentro do Estado, e atuando em parceria com facções do tráfico de drogas para maximizar ganhos e enfrentar grupos rivais.

Com efeito, ao analisarmos os agentes privados que exercem o controle socioterritorial lançamos mão do diálogo entre a concepção marxista de estado, ancorada na afirmação da sua natureza de classe, e a definição weberiana de Estado Moderno apoiada no seu exercício do monopólio do uso da violência legítima. A partir dele, podemos afirmar que esses grupos são uma peculiar modalidade extra oficial de ação do aparelho de estado brasileiro, sobretudo aquele concernente ao Estado do Rio de Janeiro, nas suas ações de caráter coercitivo sobre as classes populares urbanas. A atuação deles conta com a participação direta e ou indireta dos agentes públicos que tecem uma ampla teia de relações que se expressam no âmbito da territorialidade periférica e sustentam complexas estruturas de poder que têm, como resultante, a manutenção do controle do processo político pelas classes dominantes e os grupos a elas ligados. Assim, compreendemos que eles não conformam um poder paralelo ao Estado, mas uma forma de flexibilização da intervenção estatal no exercício do controle sobre as classes populares através da promoção de um permanente estado de exceção nos territórios periféricos constituindo aquilo que aqui chamamos de *grupos armados extralegais*. Eles são empreendimentos que atuam de modo a prover as melhores condições para realizarem o processo de acumulação de capital. Por serem ilegais, não estão submetidos a nenhum mecanismo oficial de regulação e, por isso, transitam, com frequência, entre as esferas formal e informal da economia através das práticas de “lavagem de dinheiro”. Varese (2018), ao se debruçar sobre a atuação das máfias na Itália, na Rússia pós soviética, em Hong Kong e no Japão afirma que o controle das esferas locais de poder é algo absolutamente necessário para o processo de valorização e lavagem do dinheiro acumulado através das suas atividades ilegais. Ainda segundo o mesmo autor, esse processo tende a ser potencializado naqueles arranjos político-institucionais que atribuem competências e, conseqüentemente, acesso ao fundo público pelas esferas locais de poder<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> “No mundo local, não é preciso muita gente para conseguir eleger um político. Se as máfias conseguem controlar a eleição de um presidente de uma câmara municipal, conseguem controlar o sistema político. Uma vez controlado o poder local, é mais fácil controlar os esquemas de autorização para o setor da construção civil, por exemplo, um dos grandes negócios da máfia, onde quer que seja”. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/entrevista-autor-do-livro-mafia-life-alerta-sobre-corrupcao-e-poder-autarquico-10899628.html/>



Lastreados por essa reflexão, podemos afirmar que, a ampliação da influência desses grupos sobre as administrações municipais fizeram parte do seu processo de sofisticação em um momento histórico em que esses entes da federação, a partir da descentralização<sup>13</sup> promovida pela Constituição de 1988, acumularam novas atribuições e ampliaram o seu acesso ao erário público. Nesse sentido, a possibilidade de controlar os territórios localizados nas periferias como forma de acúmulo de capital eleitoral tornou-se um artifício basilar para garantir a influência sobre o poder local. Inibir a atuação de grupos ou indivíduos que não estejam sintonizados com os seus interesses através de práticas violentas, é uma estratégia necessária para a manutenção do processo de acumulação de capital em que estão imersos.

#### Considerações finais:

As transformações sociais e políticas produzidas pelo declínio do protagonismo econômico estão na base das mudanças que envolvem as tensões entre as classes na RMRJ. Na medida em que a desindustrialização iniciada no final dos anos 1950, juntamente com a terciarização da economia e a sua inerente precarização das relações de trabalho concorreram para a corrosão das bases de organização sindical, houve uma mutação na dinâmica das tensões entre as classes. Ela reside no deslocamento das suas expressões políticas mais contundentes do âmbito do local de trabalho para a esfera do local de moradia. Por conseguinte, as periferias e favelas converteram-se no principal espaço por onde as classes populares urbanas têm o potencial de desenvolver as suas experiências de organização coletiva.

A expansão dos movimentos sociais urbanos durante a redemocratização foi um sintoma desse processo. Ela esteve na base da alteração do quadro político-institucional fluminense naquele momento. As experiências de governos alinhados com a perspectiva de democratização do aparelho de estado, com o estímulo à participação política das classes populares e dispostos a afirmarem os direitos humanos dos segmentos mais pauperizados da população expressaram em níveis local e regional as pulsões democratizadoras que encontravam naquelas experiências de organização coletiva uma das suas principais bases de sustentação. O pressuposto da continuidade desse contexto era a manutenção de uma dinâmica permanente de politização e organização das classes populares urbanas. Todavia, essa hipótese não se confirmou. Além da crise ideopolítica e programática das esquerdas pós fim do Socialismo Real e da desindustrialização conjugada à reestruturação produtiva, no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, agregamos mais um elemento: a atuação dos grupos armados extralegais.

O potencial democratizador das relações de poder registrado pelos movimentos sociais urbanos apresentava-se como uma ameaça ao status quo político-institucional. Assim, é possível afirmarmos que havia uma necessidade premente dos grupos políticos tradicionais e ligados às diferentes frações das classes dominantes fluminenses desenvolverem novas formas de controle das classes populares que estivessem adaptadas aos novos tempos colocados pela redemocratização. Simultaneamente, o dinamismo do processo de acumulação

de capital proporcionado pela ampliação do comércio de substâncias ilícitas e pela exploração econômica dos territórios favelados e periféricos proporcionou a ascensão de uma fração mafiosa das classes dominantes. A sua existência está profundamente ancorada no controle dessas áreas, o que torna o bloqueio de qualquer possibilidade de efetivação de dinâmicas de participação política não tutelada nessas localidades uma necessidade fulcral. Esse é o ponto de confluência entre as frações das classes dominantes fluminenses ligadas às atividades ilícitas e aquelas que atuam balizadas pela legalidade.

Assim, as facções do narcotráfico bem como as milícias converteram-se nos principais agentes políticos nas periferias e favelas da metrópole fluminense. Para a efetivação desse controle, foi necessário um processo que incluiu a desarticulação das suas iniciativas de organização popular. Leite (2008:p.382) afirma que, de acordo com um relatório produzido por uma investigação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) entre 1992 e 2001, período de consolidação do comércio de substâncias ilícitas em grande parte desses territórios, bem como de início das mutações que levaram os grupos de extermínio a assumirem o atual formato miliciano, mais de 800 dirigentes de associações de moradores foram expulsos dos seus territórios, assassinados ou cooptados.

Certamente, o quadro que se consolidou na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos últimos 20 anos é consequência direta do processo de controle socioterritorial exercido pelos grupos armados extralegais. Essa estratégia de manutenção da ordem, que se apresenta como uma versão contemporânea de uma prática histórica do Estado brasileiro, tem demonstrado eficiência até aqui no sentido de interditar qualquer inovação política e institucional comprometida com os interesses das classes populares urbanas. A fascistização do cotidiano periférico na região ganhou expressão ideopolítica com o fenômeno conhecido como bolsonarismo com o seu culto à violência expresso nos seus valores reacionários e antidemocráticos. A conversão da sua principal figura pública (que possui ligações políticas com as milícias) em um líder com forte penetração em segmentos importantes das classes populares, ao mesmo tempo em que também se nacionalizam práticas de controle socioterritorial semelhantes àquelas que estão consolidadas na RMRJ nos sugere que o Rio de Janeiro transformou-se em um laboratório avançado de tecnologias de controle social alinhadas com a emergência de cenários que podem ser denominados como pós-urbanos. Neles, a ideia da cidade como o espaço da civilidade, da universalidade, do debate democrático e das liberdades individuais é definitivamente abandonada. Graham (2016) ao analisar o cotidiano de cidades que experimentaram cenários de decadência econômica como Detroit e Chicago nomeou como urbicídio esse espaço urbano da crise estrutural do capitalismo que se transformou numa zona de permanente vigilância, controle e apartação dos indivíduos, onde o extermínio físico e social de elementos considerados perturbadores da ordem é um recurso frequente.

Se considerarmos que essa prática de manutenção da ordem social está a incluir novos territórios diariamente através da expansão do narcotráfico e das milícias, é difícil vislumbrarmos um processo de superação desse contexto no curto e no médio prazos. Todavia, seja qual for o caminho que viabilize a suplantação desse cenário distópico, ele obrigatoriamente deverá passar por um novo impulso de participação que se ancore na organização e na mobilização das classes populares cariocas e fluminenses.

## Referências Bibliográficas

Alves, José Cláudio Souza. Dos Barões ao Extermínio: uma História da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, 2003.

ANTUNES, Ricardo. "Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho." São Paulo, Boitempo Editorial: 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "As três economias políticas do Welfare State". Revista Lua Nova, São Paulo, n 24, set 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

ARAÚJO, Victor L. de; MELO, H.P. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da Manchester Fluminense in Cadernos do Desenvolvimento Fluminense. n 4, 2014.

BEHRING, Elaine R. "Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda direitos." São Paulo: Cortez, 2021.

BOTELHO, Maurílio. Favelização Mundial: o colapso urbano da sociedade capitalista. Revista Territórios Transversais, SP, V.1, número 1, p. 6-9, 2014.

BRAGA, Roberto Saturnino e BRAGA, Bruno S. Democracia participativa no Rio de Janeiro 1986-1988. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

BRAGA, Maria N. M. O município de São Gonçalo e sua História. Niterói: Edição Independente, 2006.

BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada dos territórios cariocas. In BRITO, Felipe; ROCHA, Pedro. Até o último homem. SP: Boitempo, 2013.

BRUM, Mário Sérgio I. "O povo acredita na gente": Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990". Niterói: 2006. 216f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense.

CAMPOS, Andreino. "Do Quilombo à Favela: a produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1995.

DAVIS, M. Planeta Favela. SP. Boitempo, 2006.

DE SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico. Brasília. IPEA, 1999.

DÍAS, Antônio Fuentes e ALVES, José Cláudio Souza. Michoacán e Rio de Janeiro: Governança criminal, controle social e obtenção de lucro e poder político

pelas autodefesas armadas e pelas milícias. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46450>.

ENGELS, Friedrich. "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra." São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. "Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina". Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. SP; Paz e Terra. 2005.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. SP: Ed. Publifolha, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos."São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v. de 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As classes perigosas: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do Direito à cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. "Espaços de esperança." São Paulo: Loyola, 2004.

GONÇALVES, Thiago G. B. Periferias segregadas, segregação nas periferias: *por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo-RJ*. Dissertação de Mestrado apresentada no curso de Pós Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GRAHAM, Stephen. Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. v. de 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

IANNI, O. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

IASI, Mauro. O processo de formação da consciência in Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Editora CPV, 2001.

KOWARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE, M. P. Miedo y representación comunitaria en las favelas de Rio de Janeiro: los invisibles exilados de la violencia. In: REGUILO, R. GODOY, M. A. (Org.). Ciudades translocales: espacios, flujo, representación. Perspectivas

desde las Americas. Guadalajara/N.York, ITESO/SSRC: Editorial ITESO/Social Sciences Research Council, pp. 382, 2005.

LEEDS, Elisabeth. “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local” in ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. “Um século de favela”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2013.

MANZO, Bruno Paes. A República das Milícias: dos esquadrões da morte à “Era Bolsonaro”. São Paulo: Todavia, 2020.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARINI, Ruy M. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MESZÁROS, István. A Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOURA, Maria Lucia Seidl de & FERREIRA, Maria Cristina. Projetos de Pesquisa: elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social no Brasil: uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVACK, George. A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade. São Paulo: Editora Rabisco, 1988.

NOVAES, R. R. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens In: FRIDMAN, Luiz (org.). Política e cultura: século XXI. Rio de Janeiro. Relume Dumará: ALERJ, pp.: 63-97, 2002.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: Crítica à Razão Dualista. Estudos CEBRAP, N 2, edições CEBRAP, 1972.

OLIVEIRA, Rosemaura. *Movimento Comunitário em São Gonçalo de 1978 a 1988: fluxo e refluxo*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PAULANI, Leda. “Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico.” São Paulo. Boitempo, 2008.

PESTANA, Marco Marques. “A União dos trabalhadores favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas(1954-1964)”. Rio de Janeiro: EDUFF, 2016.

PINHEIRO JÚNIOR, Jefte da Mata. A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias. 2007. 163f. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PORTO, H Ricardo. Rio de Janeiro: Os Movimentos Populares Urbanos de 1964 a 1988. Rio de Janeiro; FASE, 1995.

RAMOS, Silvia [et al]. Pele alvo: a cor que a política apaga. Rio de Janeiro: Cesec, 2022.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. Pobreza Urbana. São Paulo: Editora Edusp, 2013.

SILVA, Percival Soares da. Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB 1974-1992).1993. 377F. Dissertação. (Mestrado em Educação) Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOARES, Laura Tavares. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. SP: Cortez, 2002.

VALLA, V. V., GUIMARÃES, M. B., & LACERDA, A. (2020). A busca da saúde integral por meio do trabalho pastoral e dos agentes comunitários numa favela do Rio de Janeiro. *Ciencias Sociales Y Religión/Ciências Sociais E Religião*, 8(8), 139–154. <https://doi.org/10.22456/1982-2650.2298>

VARESE, Frederico. Máfia Life: amor, muerte e dinero em el corazón del crimen organizado. Barcelona. Malpaso Ediciones, 2018.

WACQUANT, Loïc. “As duas faces do gueto.” Editora Boitempo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. RJ: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2007.